

Associativismo, profissões e políticas públicas
III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero

Associativismo, identidade e políticas de emprego e renda

Práticas Invisíveis: o Movimento Feminista e o Sindicalismo no Brasil
Luanda de Oliveira Lima¹

¹ Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSA/IFCS/UFRJ, sob orientação do Professor Doutor Marco Aurélio Santana. Bolsista da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Resumo: O presente artigo visa analisar a trajetória das mulheres no movimento sindical brasileiro, tendo como foco as relações de dominação, como de classe e de gênero, presentes no Mundo do Trabalho. Através da análise da bibliografia clássica dos campos da Sociologia do Trabalho e do Gênero, e de evidências buscadas em outros meios de comunicação como jornais de grande circulação, pretendo traçar uma história das mulheres no sindicalismo brasileiro, visando compreender a invisibilidade feminina na trajetória desse movimento, mediante a participação efetiva das mulheres em toda a história do movimento operário, não só no Brasil como em diversos outros países. Bem como compreender quais os limites e desafios do movimento feminista na relação com o movimento sindical. Destaco aqui que esse é um projeto em andamento que pretendo desenvolver durante o mestrado, onde pretendo analisar mais profundamente as trajetórias pessoais das dirigentes, seu relacionamento com seus familiares, bem como nos movimentos social e feminista e, especialmente no sindical, no intuito de entender quais as dificuldades dessas mulheres de ocuparem cargos de direção dentro dos sindicatos.

Palavras-chave: Gênero, Sindicato, Feminismo.

Introdução

Historicamente, podemos observar a desigualdade de gênero em diversas esferas da sociedade, onde as mulheres viram-se enfrentando oportunidades desiguais e mobilizaram-se no intuito de conquistar direitos. Nesse sentido, o movimento feminista busca mudar tanto a esfera social como jurídica, lutando por Igualdade de Oportunidades e de Tratamento nas esferas públicas e privadas da estrutura social, e especialmente, no Mercado de Trabalho.

Analisando a trajetória do Movimento Feminista é possível observar que muitas mobilizações ocorreram nesse sentido. Grande parte do proletariado brasileiro, desde o início da industrialização, no final do século XIX, foi constituído por mulheres trabalhadoras que, de um modo geral, sempre foram alocadas em atividades menos valorizadas e mais mal remuneradas do que os homens, como registra a história do trabalho até os nossos dias. Contudo, essa participação é invisibilizada e essas personagens não aparecem nos noticiários ou são citadas nos documentários e livros de história. Observamos que mesmo nos movimentos sociais, especialmente aqueles que se intitulam “de esquerda”, e nos sindicatos são destinados os cargos intermediários às mulheres, que ainda enfrentam barreiras, como o machismo, para participar desses espaços que deveria ter como caráter essencial a democracia e a luta por igualdade.

O papel que foi atribuído às mulheres pela sociedade foi questionado e vem sendo combatido pelos Movimentos Feminista e de Mulheres, e embora as mudanças que permitiram a mulher não estar restrita apenas a “esfera privada” tenham sido muito difíceis e custosas, elas vem sendo continuamente conquistadas. No Brasil, isso se deve, entre outras coisas, à acelerada modernização socioeconômica, desde os anos 1970, que levou milhares de mulheres ao Mercado de Trabalho, e ao feminismo emergente que passou a pressionar incisivamente por uma redefinição do lugar e do papel da mulher na sociedade contemporânea.

O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória das mulheres no movimento sindical, perpassando as trajetórias pessoais das dirigentes, seu relacionamento com seus familiares e com o sindicato. Visando compreender quais são as principais barreiras que essas mulheres encontraram ao tentar se engajar nesses movimentos, levantando quais foram os entraves no ambiente de trabalho, familiar e de militância.

Traçar igualmente quais as principais ferramentas para inviabilizar essas trajetórias e atuações ao longo da história do Movimento Feminista Brasileiro.

Com isso, busca-se apresentar novos elementos para a discussão em pauta, trazendo à tona as principais conquistas das mulheres nesses espaços, seus limites e possibilidades, abordando sua relação com as esferas produtiva e reprodutiva.

Metodologia

A metodologia a ser aplicada combina uma análise da bibliografia clássica da sociologia do trabalho e de gênero com a pesquisa em materiais produzidos pelo sindicato e seus dirigentes, bem como jornais impressos veiculados na grande imprensa.

Nesse trabalho, utilizarei a concepção de gênero como termo socialmente construído, de origem inglesa, e que abrange as relações estabelecidas entre homens e mulheres, os papéis que cada um assume na sociedade, bem como as relações de poder estabelecidas entre eles. Considerando o termo como uma ferramenta analítica, essencial para qualquer pesquisa relacionada à questão do gênero, que busca dar significados às relações desiguais entre mulheres e homens, marcadas pela nossa cultura, política e história (SCOTT, 1995).

Trabalho e Gênero

Falar de trabalho e de gênero não é tarefa fácil. Pois é no trabalho que o sujeito humano se constitui enquanto indivíduo, e modifica o mundo e a si mesmo num constante movimento de identificação e classificação, criando novas necessidades e possibilidades, complexificando a si próprio e à totalidade social, criando nesse contexto novos paradigmas e reforçando outros. Dessa maneira apresenta-se abaixo uma breve análise sobre as questões de gênero e o Mundo do Trabalho nos últimos anos.

Ao longo de décadas, o Mundo do Trabalho vem sofrendo diversas transformações, que são sentidas com toda intensidade pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. O mais recente processo vivido pelos trabalhadores é o da reestruturação produtiva e da flexibilização do emprego. Resultado da adoção de novas formas, flexíveis, de contratação que atendem melhor as demandas do mercado contemporâneo (DUMBOIS e PRIES, 1998). E é possível notá-la principalmente na significativa redução do número de trabalhadores assalariados no setor formal.

No Brasil, vivemos no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 uma crise que não se caracterizaria mais como uma mera “crise cíclica”, como fora em diversos momentos do pós-guerra, mas por uma “crise de transição”. Ou seja, a sociedade estava encontrando um novo modelo e a economia estava passando para uma nova etapa, de intensa articulação interna e externa em direção à reestruturação produtiva, tanto tecnológica quanto empresarial, criando novos padrões de flexibilização na relação entre o capital e o trabalho e com pouquíssima capacidade de geração de emprego. Portanto a “fase do pleno emprego” havia passado e a grande força de trabalho só restava a inserção em ramos informais da economia de baixíssima produtividade. Nesse momento nota-se que a desigualdade no acesso à educação torna-se ainda mais definidor de uma chance ou não de ingresso no Mercado de Trabalho formal e nessa perspectiva as mulheres passam a ter uma maior e talvez melhor condição de inserção no Mundo do Trabalho.

A flexibilização do trabalho atua sobre a mobilidade dos empregados e dos contratos de trabalho, que devem ser cada vez mais versáteis e adaptáveis. Sua força de trabalho passa a ser intensivamente utilizada, valorizando sua experiência e sua motivação. Novos procedimentos de contratação e de qualificação dos funcionários são

adotados permitindo uma maior flexibilidade nas áreas de atuação do trabalhador. Interferindo diretamente na composição e formas de atuação do movimento sindical

No país, as leis trabalhistas, presentes nos códigos que regulamentam as relações de trabalho (CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas e CF/88 – Constituição Federal de 1988), são pouco flexíveis, não abrem espaço para contratos do tipo *part-time*, por exemplo, é um modelo legislado, que abre poucas brechas para negociação, mas é um modelo extremamente avançado, mesmo comparando-se com países ditos do primeiro mundo, que dependeu da luta de muitas trabalhadoras e trabalhadores e da união dos movimentos sociais para tornar-se realidade.

Nesse contexto, de reestruturação, a classe trabalhadora também se modificou, ampliou-se e passou por momentos de difícil identificação dos trabalhadores como tal, devido a estratégias das grandes empresas e do sistema capitalista. Hoje é composta não só por trabalhadoras ou trabalhadores formalmente contratados, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, com ou sem carteira assinada, sejam precarizados, terceirizados, *part-time* ou fabris.

Desde os anos 1960 ganha relevância a divisão social e sexual do trabalho, pois tem-se notado uma forte feminização da força produtiva, que por ser, efetivamente, mais barata e devido ao fato de as mulheres estarem investindo fortemente em qualificação profissional e em educação, vem ganhando espaço no Mercado de Trabalho. É uma força de trabalho historicamente utilizada, apesar de tratada como pertencente ao exército industrial de reserva diversas vezes, e que hoje sofre sérias conseqüências com a precarização do trabalho e das relações trabalhistas. Essas trabalhadoras, importante lembrar, cumprem, normalmente, uma segunda ou terceira jornada de trabalho, o doméstico, que a pouco tempo vem sendo reconhecido como socialmente válido e produtivo.

Outro aspecto do “novo” Mundo do Trabalho é a globalização, que gerou profundas transformações nas relações de trabalho, essas, por sua vez, trouxeram grandes dilemas e dificuldades para os sindicatos. No entanto também abriram possibilidades, permitindo a articulação dos sindicatos em todo o mundo, facilitando sua organização internacional.

Mas esta é apenas uma das faces da mesma moeda, a globalização também permitiu a expansão da economia global, trazendo inseguranças e vulnerabilidades aos trabalhadores e às suas famílias. (BEYNON, 1998). A mobilidade tornou-se mais fácil devido à liberalização do investimento entre países, bem como pela liberalização geral dos fluxos financeiros através das fronteiras, exigindo a flexibilização do emprego e do trabalho, abrindo um imenso campo de atuação para as empresas multinacionais e precarizando, ainda mais as relações de trabalho (HYMAN, 1999).

A globalização torna-se o tema predominante do levantamento realizado pela OIT em 1997 sobre a situação do trabalho e dos movimentos trabalhistas no mundo. O relatório declara que os sindicatos desempenham três funções-chave; uma “função democrática” de “dar voz” aos trabalhadores; uma “função econômica”, de influir na organização da produção e em sua distribuição; uma “função social”, de integrar os trabalhadores à sociedade e ajudar a definir os instrumentos de bem-estar social. Nesse novo modelo, onde o Estado de bem-estar social vem sendo altamente combatido pelo modelo econômico vigente, cumprir essas funções é uma grande dificuldade para os sindicatos.

O movimento de mulheres, depois intitulado feminista, nascido também no século XVII, sempre esteve atrelado à luta dos trabalhadores, trazendo como reivindicações melhores condições de trabalho, direitos trabalhistas, como igualdade de

jornada de trabalho para ambos os sexos, e políticos, como o direito de voto para as mulheres.

A revolução industrial, assim como em outros momentos de transição capitalista, inseriu a mulher no mundo da fábrica, separando o trabalho doméstico do trabalho remunerado fora do lar, de forma subalterna e de maneira precária. Em fases de ampliação da produção a mão-de-obra feminina era incorporada junto à masculina e nas fases de crise, como nas grandes guerras, substituía o trabalho do homem, devido ao seu baixo preço e a escassez de homens no mercado de trabalho.

A primeira vez que o termo gênero foi utilizado como não sinônimo de sexo foi em 1955, quando, inspirado pelos conceitos de status e de papel sexual desenvolvidos por Talcott Parsons, John Money introduziu o termo “papel de gênero” em um artigo para dar conta de *“todas aquelas coisas que uma pessoa diz ou faz para se revelar como tendo o status de menino ou de homem, menina ou mulher, respectivamente”*.

Inicialmente desenvolvido para lidar com situações de intersexualidade, o conceito de gênero mostrou-se frutífero para a pesquisa feminista das décadas de 1950, 1960 e 1970 ao sugerir uma distinção entre o sexo biológico – caracterizado por critérios anatômicos, hormonais ou cromossômicos – e o gênero, relativo àquelas características socialmente construídas relativas a homens e mulheres, como papéis sociais, divisão do trabalho, características psicológicas ou comportamentais. Em uma concepção típica do período, Gayle Rubin define o que denomina de “sistema sexo/gênero” como

“o conjunto de arranjos por meio dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”.

Esse termo foi diversas vezes modificado e apropriado pelas teóricas feministas, como Simone de Beauvoir, que afirma que o gênero é uma categoria socialmente construída, um resultado da socialização primária imposto pela civilização. Logo a mulher precisaria tomar consciência da dominação a que esta subjugada e libertar-se, tornando-se livre e independente.

Por outro lado, Luce Irigaray afirma que a guerra dos sexos não é plausível, pois não existiria uma consciência pura, onde a mulher pudesse ser livre das amarras culturais inconscientes que levam-nas a se identificarem com sua condição de alteridade. Irigaray considera a linguagem como responsável pela constituição do ser humano. Ela afirma que a mulher, não é nada mais que a elaboração negativa do sujeito masculino, um reflexo lingüístico cujo resultado é o lugar do não-representável, da ausência, que o sexo feminino ocupa. Logo, a autora busca elaborar um contra-sistema feminino que gere uma identidade sexual positiva para as mulheres. Com este intuito, recorre a uma valorização lingüística do feminino, construindo uma identidade genérica para o sexo feminino, capaz de romper com o monopólio do masculino como modelo ideal de ser humano.

Inspirando-se fortemente em Foucault, Judith Butler situa “gênero” numa dimensão política e afirma que as mesmas estruturas de poder mediante as quais o movimento feminista busca a emancipação feminina, produzem e restringem a categoria das mulheres, em outras palavras, o sujeito se constitui e se reproduz de acordo com os requerimentos negativos que lhe são impostos. Dessa forma é impossível uma sexualidade fora do patriarcalismo ou do domínio monolítico do falocentrismo. A autora pretende mostrar que o gênero, pensado em sua estrutura binária estável, é efeito de um poder in-

visível que o cria e o mantém. E sem uma forte subversão desses conceitos seria impossível superá-los.

Butler apresenta como uma possível solução para a subordinação feminina, o rompimento com as atuações performativas do sexo e do gênero. Isso significa desconstruir as identidades naturalizadas de gênero e a coerência entre gênero, sexo e sexualidade. Rompendo com as barreiras colocadas pelas instituições que reproduzem os mesmos.

Afinal, reconhecer é conhecer algo que você já conhece, estabelecendo uma relação de identidade, é conhecer de forma diferente. Reconhecimento é o desejo de ser conhecido pela sociedade de maneira diferente da que somos. Atualmente o reconhecimento trata de dar ao sujeito moderno a possibilidade de poder mostrar quem realmente é, ou almeja ser.

Como afirma Weber, os domínios da “representação” política e da linguística estabeleceram, *a priori*, o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados. Em virtude de estarem condicionados a noções sociais e jurídicas, os sujeitos, regulados por tais estruturas de dominação, como a escola e as leis, são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas. Foram os estudos sobre as relações de gênero que colocaram limites a essa concepção binária. Passou-se a observar que os domínios do masculino e do feminino se constroem relacionalmente em constantes disputas de poder.

Segundo Butler, a construção política do sujeito feminista continua vinculada a certos mecanismos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. Porém, conforme afirma Weber, a legitimidade só pode ser garantida pela atitude interna ou pelas expectativas de conseqüências externas, o que torna uma ordem legítima é o fato de as pessoas acreditarem nela, não se tratando de obediência e sim de crença. Nesse sentido a necessidade de afirmação do movimento feminista ainda está extremamente vinculada à ordem estabelecida, pois o poder jurídico “produz” inevitavelmente o que alega meramente representar, afinal não existe auto-representação, esse conceito indica que é devolvido ao indivíduo algo coletivo e construído por outras entidades (família, escola).

Sindicalismo e Feminismo no Brasil

O movimento sindical brasileiro tem uma história marcada por conflitos, rupturas, acordos e apoio mútuo, em momentos intercalados, que variavam de acordo com a conjuntura nacional e com o governo vigente.

No final do século XIX e princípios do Século XX, com a abolição da escravatura e a intensificação da imigração, as primeiras entidades organizadas de trabalhadores começam a se formar, são associações e Ligas de apoio aos operários, é difícil defini-los como sindicatos, pois sua estrutura era esquelética e quase inexistente, mas essas organizações são o embrião do movimento sindical brasileiro. Essas ligas surgem onde há maior concentração de trabalhadores e onde as condições são mais precárias, como o setor têxtil e a zona portuária. É importante ressaltar que os escravos e ex-escravos, os chamados trabalhadores nacionais, já se organizavam antes da imigração européia para o Brasil. É uma visão equivocada e colonialista a de que os movimentos de trabalhadores só surgiram após a chegada dos primeiros europeus no Brasil.

A mobilização dos trabalhadores era muito árdua nessa fase, era complicado convencer os trabalhadores, que tinham muita dificuldade de arrumar emprego e de manter-se empregados, a se mobilizar. Mas isso não indicava uma falta de consciência

crítica dos trabalhadores ou uma má organização dos militantes. O fato das relações entre Capital e Trabalho darem-se no interior das fábricas, sem mediação, evidenciava um inimigo único do movimento, o Capital, o que facilitava a mobilização. Outro fator positivo era a grande quantidade de trabalhadores letrados, facilitando a circulação de propaganda impressa, como jornais e boletins, muitas vezes em outra língua diferente do português, como italiano ou espanhol. Muitas Ligas e associações tinham como referência os “organizadores” - a maioria dos componentes desses impressos eram de orientação anarquista, logo não havia chefes - dessa propaganda, o que os tornava fortemente influentes no movimento dos trabalhadores. Vale ressaltar que a ideologia anarquista hegemonizou o movimento popular e sindical no Brasil por muitos anos.

Em 1917, com a Revolução Russa, o movimento sindical sofre uma reviravolta. Proferindo um forte golpe no movimento anarquista, o comunismo tem grande impacto entre seus militantes, que após identificar-se com a Revolução Russa, adotam essa nova política e fundam o Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. Visando “Reforma e Revolução”, o PCB parte para disputa de políticas, inclusive dentro do movimento operário, se integrando em todas as suas atividades e ganhando espaço nos sindicatos autônomos até então dominados pelos anarquistas.

A participação feminina nos movimentos de trabalhadores também data do final do século XIX. Embora as mulheres fossem grande parte da classe trabalhadora, nesse momento elas não eram bem vindas nos sindicatos. Contudo sempre estiveram presentes no movimento operário e sindical brasileiro, inclusive em momentos-chave como na greve geral de 1917, que começou com tecelãs que reclamavam dos abusos sexuais cometidos pelos capatazes e das más condições de trabalho.

Em meados da década de 1920 é possível perceber uma grande desmobilização e desorganização do movimento operário brasileiro. As duas principais forças políticas, comunismo e anarquismo, esgotaram-se com acusações, muitas vezes pessoais, e chegaram nos anos 1930 esvaziados.

Até 1930, a relação do Estado com os movimentos de trabalhadores se restringia unicamente à repressão violenta que concatenava destruição dos espaços de organização, como as gráficas, prisão dos militantes, chegando a deportação de trabalhadores imigrantes.

Em 1930, no ápice do movimento Tenentista, Getúlio Vargas torna-se presidente após um golpe militar, é possível observar uma grande mudança nas relações do Estado e do movimento sindicalista. A criação do Ministério do Trabalho e do Emprego e dos sindicatos oficiais altera fortemente as relações capital – trabalho, que passam a ser mediadas pelo Estado, que atrela a estrutura dos sindicatos a sua compondo uma política corporativista cujos vestígios vemos até os dias de hoje.

A política corporativista faz parte da estratégia adotada pelo Governo Vargas para resolver o impasse que o capital brasileiro vive nesse momento. Após a crise de 1929, a conseqüente desvalorização do café e a extrema necessidade de investimentos nas indústrias de substituição de importação o Estado passa a intervir de maneira direta no desenvolvimento do país, começando pelos trabalhadores, pretendendo atenuar esses conflitos socioeconômicos que fervem na época, partindo para uma atuação mais invasiva, visando controlar e regular as tensões presentes no cenário nacional e internacional da época.

Nessa nova conjuntura, os sindicatos tornam-se braços do Estado, assessores de sua política corporativista para questões do trabalho e são fundamentais para sua manutenção, não se identificam mais como elementos da luta de classes, passam a colaborar para uma nova ordem social, para um harmonia social gerida pelo Estado. O

sindicato passa a ser tutelado pelo Estado, que torna-se mediador oficial dos interesses da classe operária e dos empregadores.

A criação do imposto sindical garante a manutenção do corporativismo e da nova estrutura sindical que se consolida, tornando-se seu principal mecanismo, pois mantém a estrutura dos sindicatos independente de sindicalização, tornando obrigatória a “contribuição” dos trabalhadores.

Na nova política o Partido Comunista do Brasil (PCB) ganha um novo espaço de atuação nos sindicatos oficiais, abandonando uma primeira postura de resistência, pois nota ser um espaço importante de disputas e onde o movimento anarquista não atua fortemente ou se recusa a participar, parte então para uma importante atuação dentro desses, ganhando entre 1932 e 1935 a direção de diversos sindicatos.

Em 1935, os sindicatos que estavam sob controle dos “combativos” - militantes do PCB - passam a representar uma forte ameaça às estratégias de Governo vigente, já participavam de uma bancada classista na constituinte de 1934 e controlavam muitos sindicatos e até federações, o Estado passa a repreendê-los e a realizar intervenções nos sindicatos, nomeando novos dirigentes e interventores.

As reestruturações e mudanças que começam em 1930, consolidam-se em 1937 com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que transformam em lei várias garantias que são “dadas” aos trabalhadores pelo Governo. Nesse momento também é implantado o Estado Novo, onde movimento sindical sofre um novo sufocamento político. Contudo, em 1932, as mulheres brasileiras ganharam o direito à cidadania política, ao voto, antes de vários países da Europa e também lutaram pela incorporação de alguns de seus direitos na CLT, em 1937, e conseguiram garantir alguns importantes, como da proteção à maternidade e da igual remuneração.

Vale ainda lembrar que a CLT se aplicava apenas aos trabalhadores urbanos, excluindo os rurais. O movimento de trabalhadores rurais nessa fase estava se estruturando em Ligas Camponesas, mas já era forte e rejeitou a política corporativista, quando o Estado tentou implantar sindicatos oficiais no meio rural.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial o movimento sindical sofre ainda mais pois o governo toma medidas radicais, como criminalizar o fomento de greves, sendo essas consideradas deserção, assim como o abandono do serviço, amplia a jornada de trabalho de oito para dez horas diárias, permite turno noturno de mulheres e crianças, que havia acabado de ser proibido em 1937.

Em 1942, perante essa conjuntura começam a ocorrer pequenas mobilizações e greves, onde comissões de negociação se formavam a revelia dos sindicatos e questionavam a legitimidade dessas instituições.

Em 1945, após a legalização, o PCB parte para a política recuada, chamada de política do “apertar os cintos”, solicitando que os sindicatos facilitassem a colaboração de classes e formassem, com a burguesia nacional, uma frente contra o imperialismo. Com essa política o Partido Comunista pretendia se tornar confiável de forma a alcançar objetivos como o aperfeiçoamento das leis trabalhistas e a reforma sindical.

Vale ressaltar que o PCB, em momento algum, deixou de defender os interesses dos trabalhadores, incentivando a organização operária e partindo pra greves quando necessário, se questionando muitas vezes até que ponto valia recuar em nome da legalidade.

A partir de 1948, quando os partidos são fechados e os mandatos caçados, o PCB muda radicalmente de postura. Deixa a “passividade”, a docilidade de apoio ao governo, com a política do “apertar os cintos” e adota uma postura revolucionária, mas mantém sua política dentro dos sindicatos, inclusive por apelo da base.

Após 1955, é formada uma aliança mais estruturada entre PCB e setores que compõem a ala mais radical do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Essa aliança é possível através de alterações nas práticas, com a construção de sindicatos autônomos e de intersindicais. Há nesse momento a criação de núcleos na base. Essa aliança tinha como objetivos acabar com o imposto sindical, dando fim ao atrelamento ao governo e de aumentar a autonomia do sindicato com relação aos partidos.

No final do governo Jango o capitalismo chega a um novo impasse em suas estruturas e o Governo opta por uma imposição do modelo industrial, com alto investimento de capital externo e grandes subsídios governamentais, política mantida nos anos seguintes.

Com o advento da ditadura militar em 1964 ocorrem duas mudanças importantes: o fim da estabilidade do emprego, aumentando e possibilitando a rotatividade, solicitada pelas grandes empresas e a abertura do mercado nacional para as multinacionais. Nesse momento as demissões tornam-se um fenômeno e são um instrumento político forte.

Com a instabilidade, os “trabalhadores do Brasil”, presentes nos anos 1950, dão lugar ao “peão” - favorecido pela falta de controle das empresas, mas logo o Governo cria uma lista negra, onde constam o nome dos trabalhadores envolvidos com o movimento sindical -, operário formado pelo SENAI, que traz um novo tipo de trabalhador, preparado para uma nova conjuntura e um novo modelo de produção.

Os sindicatos oficiais permanecem como braços do estado e são criados, pelo Governo Federal, incentivos de sindicalização, com benefícios para os sindicatos e os sindicalizados.

O PCB e outras forças de esquerda que encontravam-se na ilegalidade utilizam linhas auxiliares, como familiares e simpatizantes, para se manterem dentro dos sindicatos oficiais e não abandonam a política dos sindicatos autônomos, apesar da grande repressão.

Em 1968 ocorrem duas grandes greves, as de Contagem e Osasco, marcos da resistência no período da ditadura, que significaram um desafio contra a ditadura militar e envolvem cerca de 3000 trabalhadores, e importante influência do movimento estudantil, que formava um grande foco de resistência nessa época, sendo totalmente desmantelado posteriormente. Nessas greves é possível observar a participação de mulheres dirigentes sindicais, que não aparecem nos relatos oficiais.

As mulheres de segmentos urbanos estão na frente de várias práticas reivindicativas já no fim dos anos 1960. Participam, em 1968, do Movimento Nacional contra a Carestia; em 1970, da Luta por Creches; em 1974 atuam no Movimento Brasileiro pela Anistia e em 1975 criam os primeiros Centros de Mulheres (DEL PRIORE, 2004).

Em fins dos anos 1970 o Brasil passa por um momento de extrema importância em sua história, com o arrefecimento da ditadura o país vive a abertura política e a transição para a democracia, mas é marcado também pela elevada inflação. Nessa década, ocorre um aumento da força de trabalho feminina e também um significativo aumento das mulheres sindicalizadas, índice que era superior ao aumento da sua participação no Mercado de Trabalho.

Favorecido por essa conjuntura os movimentos de esquerda conquistam vitórias importantes na via institucional, como nas eleições de 1974 e 1978, levando o governo a reformular sua política, também influenciado pela derrota econômica gerada pela crise do petróleo.

O movimento sindical e operário reaparece estremecendo os arranjos políticos da transição para o regime democrático que iam sendo articulados. Ocupando o espaço

político do qual havia sido privado pelos governos militares e sendo favorecido pela conjuntura, os sindicatos conquistam amplo campo de atuação junto aos trabalhadores, vivendo, na década de 1980, o que pode ser considerado um de seus momentos de ouro, proporcionado pela sua rápida consolidação no plano organizacional e sua pujança mobilizatória (Santana, 2003).

Os altos índices de inflação e a maquiagem dos índices de desenvolvimento nacional são importantes para reavivar o movimento sindical, que aliado ao descontentamento gerado pelo arrocho salarial serão o estopim das greves de 1978, 1979 e 1980.

O pioneirismo deste movimento de ascensão dos trabalhadores se deve, principalmente, aos operários do ABC paulista, que mobilizando-se desde meados da década de 1970, deflagram a famosa greve de 1978, na região industrial mais importante do país, abrindo caminho para diversas outras paralisações que se espalharam pelo país entre as mais diversas categorias, das quais podemos citar construção civil, professores, bancários e petroleiros, dentre outros.

Essas três greves são uma forte representação do movimento que está por vir. Demonstra o potencial da mobilização operária reunindo em uma delas cerca de dez mil trabalhadores e cem mil trabalhadores, familiares e militantes em manifestações populares. Deve-se ressaltar a dificuldade de se organizar uma greve nessa época.

Desse movimento grevista surgem novas lideranças nacionais, com o futuro presidente Luis Inácio Lula da Silva, e um novo modelo de sindicalismo, intitulado de “novo sindicalismo”, que tem como pilares a crítica radical aos mecanismos de atrelamento do sindicato ao Estado, como o imposto sindical e a luta por liberdade e autonomia dos sindicatos. Autonomia não só em relação ao Estado, mas também em face dos partidos políticos, evitando-se, assim, desviar o movimento dos interesses imediatos dos trabalhadores. (Santana, 1999:109)

Esse movimento formará, junto com outros movimentos populares e apoiados pela Igreja Católica, a base de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, pela primeira vez o PCB terá um rival a altura e sofrerá os mesmos problemas enfrentados pelo movimento anarquista no início do século XX.

A luta pela democratização das relações de gênero persiste em meio as manifestações sindicais e, com a Constituição Federal de 1988, as mulheres conquistaram importantes vitórias no patamar político e jurídico. Nas greves da década de 1980, como na greve de 1988 em Volta Redonda, as mulheres atuaram não só como apoio, mas também ativamente nas mobilizações, articulações e divulgação do movimento grevista.

Nos anos 1990, chamados de “década neoliberal”, o movimento sindical sofre com a reestruturação produtiva, a flexibilização das relações de trabalho e a retirada do Estado da mediação das relações Capital-trabalho e liberando as amarras que o atavam ao sindicalismo. A consequência foi a fragmentação sem precedentes do sindicalismo no país, que foi agravado pela volta da mercantilização da força de trabalho e a reprivatização das relações de classe, o que se dá pela extensão dos contratos ilegais de trabalho e indica que o Estado não é mais o intermediário no conflito de interesses entre capital e trabalho e sim intermediário de grande porte dos conflitos individuais de direito.

Com a dispersão sindical, estes se enfraquecem, distanciam-se de suas bases e transformam-se basicamente em espaços de disputa de cargos, do “poder pelo poder”, onde outras relações, como as de sexo, manifestam-se, evidenciando a predominância do modelo patriarcal e do machismo na sociedade contemporânea. A consequente

fragilidade na defesa de direitos é uma grave decorrência da fragmentação sindical para a luta das trabalhadoras. Ter uma atuação conjunta e articulada da classe trabalhadora é fundamental para garantir direitos adquiridos, como a aplicação das Convenções 100 e 111 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, respectivamente acerca do salário igual para trabalho igual e sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no Mercado de Trabalho.

Ao analisarmos essa conjuntura política mais geral, observamos que ocorre uma retração das mobilizações, acarretando numa quase inércia dos movimentos no cenário político e social do país. Onde os sindicatos teriam perdido um de seus papéis mais importantes na sociedade brasileira, fortemente presente na década de 1980, o de funcionar como centros para a construção e a promoção de visões de mundo, identidades sociais e ações políticas.

Contudo, após uma revisão das práticas, os sindicatos parecem ter se adequadado ao novo modelo político e socioeconômico e às mudanças estruturais do Mercado de Trabalho (CARDOSO, 1998), o que aponta para mudanças no modelo de atuação dos sindicatos no país, ao final da década de 1990 e início dos anos 2000, podendo-se notar um reavivamento de sua atuação e uma renovação dos movimentos sociais, fortalecidos com a vitória eleitoral de Luis Inácio Lula da Silva para presidente.

O modelo aplicado pelos sindicatos brasileiros é elogiado por muitos, sua articulação com os outros movimentos sociais e sua organização próxima dos trabalhadores. Mesmo sofrendo fortes perdas e impactos na década de 1990, o movimento sindical procurou organizar-se e buscar alternativas para continuar exercendo o seu papel de representante dos trabalhadores.

Ressalta-se aqui que as mudanças que ocorreram na vida das mulheres ao longo da história foram fruto exclusivo de suas lutas. Sempre lutando para incorporar suas reivindicações nas pautas sindicais. Contudo, os sindicalistas homens sempre as viram com a visão conservadora de que estão ocupando um espaço que é deles.

Gênero e Desigualdade Social

A distribuição do poder e dos recursos entre homens e mulheres e as imagens e símbolos associados aos dois sexos e às suas relações estão no centro das preocupações dos estudos de gênero da atualidade. A separação entre família e trabalho ou entre domínio privado e domínio público que fundamentou a abordagem funcionalista-estrutural dos papéis sexuais é fortemente questionada. A Teoria Feminista considera o gênero como uma dimensão fundamental de toda a organização social, ao mesmo título que a classe, e como uma categoria construída socialmente tanto no lugar de trabalho, na família, na escola como nas esferas econômica, política e cultural. Gênero, como outras categorias sociais está vinculada a relações de poder, que são uma constante nas relações sociais. Discuti-lo, é discutir relações de tensão e conflito, devido ao caráter de disputa em torno de sua construção social.

As desigualdades sociais são toda a repartição de um recurso que não é uniforme, seja esse recurso cultural, intelectual ou material. As relações sociais transformam certas diferenças em desigualdade, como as desigualdades de gênero, de raça ou de classe. A desigualdade é uma diferença construída pelos indivíduos e grupos sociais, que julgam segundo escalas de valor. Um Negro e um Branco diferem pela pigmentação da sua pele, essa diferença natural não implica qualquer desigualdade. No entanto, em numerosas sociedades cada um deles goza de um estatuto diferente ao qual estão ligadas vantagens e desvantagens. (Boudon, 1990) Essencialmente, as desigualdades são sociais e estão ligadas à existência de estratificações nas estruturas sociais, nos campos da econômica, da política e do prestígio.

Para Weber o indivíduo tem poder de decisão e agência sobre a estrutura social, tendo, dessa forma, poder de configuração sobre o social e sobre as relações sociais. Os agentes sociais reconfiguram seus espaços e são capazes de transformar diferenças em desigualdades, construindo novos paradigmas e parâmetros de socialização e classificação. Numa sociedade, que tende a reproduzir-se, e comporta mecanismos de seleção e reprodução cujo efeito é manter as estruturas sociais para além do fluxo contínuo dos indivíduos, ou seja, legitimá-las. Exemplos dessas estruturas são a família e a escola.

A estratificação é universal e onipresente em todas as sociedades. Estratificação existe quando há diferenciação, integração, hierarquização, desigualdade ou conflito. A desigualdade social constitui um meio inconscientemente elaborado, através do qual a sociedade assegura o desempenho consciencioso dos lugares mais importantes, pelos indivíduos mais qualificados. Quando se estabelecem juízos de valor, pende-se para o estrato dominante e, logo, para a desigualdade.

A realidade social é um complexo de estruturas de dominação, de relações de poder, mas é necessário entender como se forma esse complexo, como se naturalizam e ganham legitimidade para entender a desigualdade de gênero. Em nossa sociedade o espaço privado, do cuidado, da reprodução, é o universo feminino, porque a sociedade estabeleceu e naturalizou que a mulher que deve ter essas “responsabilidades”. Os indivíduos acreditam que deve ser assim, foram socializados dessa maneira.

Podemos ressaltar que para Weber essa naturalização é fruto de uma dominação legítima, que começa no plano da lingüística, onde já se estabelece uma dominação nas primeiras palavras, não apenas no plano lingüístico, mas no social também. A universalização do masculino na língua portuguesa é um exemplo desse padrão de dominação masculina.

A sociedade classifica as pessoas, as coisas, a natureza. O que o ser humano classifica como natural ou biológico depende de sua socialização nas diferenças relevantes de cada espaço. Muitas vezes o processo de socialização serve para construir justificativas para desigualdade. A natureza feminina, ou seja, a sensibilidade da mulher, seu sexto sentido, o “Mito da Maternidade” (Mathieu, 2010), é um padrão construído para justificar o “lugar da mulher na sociedade”, sempre na esfera privada e no campo do cuidado. Identidade é constitutivo da desigualdade e não podemos estudar desigualdade sem entender identidade.

Resultados

No Brasil, é possível perceber a participação feminina nos movimentos sociais desde o movimento abolicionista. Nos movimentos de trabalhadores data do final do século XIX, quando a ideologia anarquista era dominante nas associações de apoio mútuo, embriões dos sindicatos. Embora as mulheres fossem grande parte da classe trabalhadora, nesse momento elas não eram bem vindas nos sindicatos e as que participavam eram taxadas de “mau amadas” ou de prostitutas.

Por parte da sociedade em geral eram tratadas como “mocinhas infelizes e frágeis”, e poucos levavam em conta mulheres que figuraram importantes papéis na história social e operária brasileira. Contudo sempre estiveram presentes no movimento operário e sindical brasileiro, inclusive em momentos-chave como na greve geral de 1917, que começou com tecelãs que reclamavam das situações de humilhação, dos abusos sexuais cometidos pelos capatazes e das péssimas condições de trabalho, reforçadas por longas jornadas de trabalho.

Lutaram pela incorporação de alguns de seus direitos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – em 1937. Em 1968, nas greves de Contagem e Osasco, marcos da

resistência no período da ditadura, é possível observar a participação de mulheres dirigentes sindicais. Na década de 1970, com o aumento da força de trabalho feminina, houve também um significativo aumento das mulheres sindicalizadas, índice que era superior ao aumento da sua participação no Mercado de Trabalho. Nota-se também uma importante participação das mulheres na sociedade civil organizada, tanto rural como urbana, reivindicando tanto melhores salários como creches.

O Mundo do Trabalho viveu nas décadas de 1980 e 1990 momentos, que poderíamos chamar de antagônicos. No Brasil, a década de 1980 é marcada pela redemocratização, pela intensa participação popular e pela expansão do movimento sindical, que, com mais de 700 greves vive sua “época de ouro” (SANTANA, 2004). A luta pela democratização das relações de gênero persistiu e, com a Constituição Federal de 1988, as mulheres conquistaram importantes vitórias no patamar político e jurídico. Nas greves da década de 1980, as mulheres atuaram não só como apoio, mas também ativamente nas mobilizações, articulações e divulgação do movimento grevista.

Já na década de 1990, o mundo do trabalho vive uma nova fase de enxugamento, com a reestruturação produtiva, a flexibilização e a precarização do emprego os sindicatos se fragmentam, aumentando as dificuldades e as barreiras para ampliar a participação e as conquistas das trabalhadoras. Com a dispersão sindical, estes se enfraquecem, distanciam-se de suas bases e transformam-se basicamente em espaços de disputa de poder, onde outras relações, como as de sexo, manifestam-se, evidenciando a predominância do modelo patriarcal e do machismo na sociedade contemporânea. Nesse momento muitas mulheres se retiram do Mercado de Trabalho, contudo outras tantas tornam-se também chefes de família, ou seja, responsáveis pelo lar e passam a disputar os mesmos cargos que os homens, em fábricas, bancos e em outros de predominância masculina. No entanto, podemos notar que a maioria das mulheres ainda ocupa atividades relacionadas ao “cuidado” (nos hospitais, a maioria das mulheres são enfermeiras e atendentes, no ambiente escolar são professoras primárias ou secundárias), serviços domésticos ou repetitivos e com pouca autonomia.

Outra grave decorrência da fragmentação sindical para a luta das trabalhadoras é sua consequente fragilidade na defesa de direitos. Ter uma atuação conjunta e articulada da classe trabalhadora é fundamental para garantir direitos acerca de melhores condições de trabalho, salários e promover a participação igualitária de homens e mulheres em trabalhos especializados e postos de direção.

A IV Conferência das Nações Unidas para a Mulher realizada em Pequim em 1995, foi a maior conferência da história das Nações Unidas. Como resultado, 189 nações se comprometeram a avançar em direção ao empoderamento da mulher através da Plataforma de Ação de Pequim. Esta é uma agenda de ações que tem por objetivo a remoção dos obstáculos à participação ativa da mulher em todas as esferas da vida pública e privada, através da participação igualitária e completa nos processos de tomada de decisões políticas, econômicas, sociais e culturais. Como programa de ação, a Plataforma aponta para a promoção e proteção do pleno exercício de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais de todas as mulheres, ao longo de suas vidas e é resultado da mobilização das mulheres ao redor do mundo.

Conclusão

Observamos, nesse trabalho, que apesar da intensa participação das mulheres na vida sindical e nos movimentos sociais no país, essa atuação é igualmente invisibilizada e marcada pelo falocentrismo, o que influencia na forma como essa história é “contada”. Na história do Brasil, bem como dos movimentos sindical e popular, só encontramos nomes de homens entre seus ícones e as mulheres que aparecem são retratadas como

coadjuvantes ou esposas desses personagens, mesmo que tenham tido papéis essenciais em determinados momentos. Verificamos igualmente que ainda são consideradas femininas as carreiras relacionadas ao cuidado e destinados às mulheres os cargos de menor prestígio social. Nos espaços de decisão ainda podemos observar maiorias masculinas e as mulheres que participam dos mesmos passam por maiores dificuldades na ascensão profissional, demorando mais a serem promovidas.

Como explicar a permanência da discriminação de gênero, baseada ainda na ideologia patriarcal, quando tantas outras conquistas foram alcançadas pela luta das mulheres desde os anos sessenta do século passado? O que a realidade apresenta é que tanto os estudos de gênero na academia como o aumento do número de movimentos que lutam por causas específicas das mulheres e, também os sindicatos, não conseguiram eliminar o alcance da ideologia patriarcal.

Foi possível notar no presente trabalho a forma desigual com que se relacionam homens e mulheres na sociedade, onde se reflete a assimetria e a hierarquia que se desenvolvem na divisão sexual do trabalho. A subordinação de gênero manifesta-se nos critérios que definem a inserção, a qualificação das tarefas, a remuneração e a disciplina, sendo o trabalho dividido conforme a organização das relações de gênero e da construção de estereótipos sexistas.

A divisão sexual do trabalho é o princípio organizador da desigualdade entre homens e mulheres, uma vez que dá legitimidade às práticas cotidianas de segregação das mulheres nos espaços laborais, baseados em representações de estereótipos e imagens de gênero.

Mesmo com a inserção das mulheres no Mercado de Trabalho, nas últimas décadas, quase todas continuam as únicas responsáveis pela atividade de reprodução social. Embora os homens ainda sejam considerados a pessoa de referência da maioria das famílias brasileiras, cresce a participação das mulheres nessa função, mesmo naqueles lares em que há presença do companheiro masculino. Segundo o IBGE em 2008, mais de 51% dos lares são chefiados por mulheres, sejam esses lares monoparentais, clássicos, de mulheres que vivem sozinhas e com ou sem filhos, ou nas chamadas “famílias tradicionais”.

A visão da mulher como provedora das atividades domésticas e as conseqüências da maternidade influenciam sua inserção no Mercado de Trabalho e no Movimento Sindical, assim como os cargos a serem ocupados, as tarefas a serem realizadas e a responsabilidade imputada a elas, especialmente se forem cargos de direção. Observamos dessa forma que as construções sociais de identidades masculinas e femininas interferem nas relações de poder presentes na sociedade.

Com a disseminação da mulher no Mercado de Trabalho como conseqüência do surgimento de novas estruturas, que facilitavam a exploração da mão-de-obra feminina, decorrente da precarização das relações empregatícias no contexto da reestruturação produtiva, nota-se, concomitantemente com o aumento significativo do contingente feminino, uma permanência da desigualdade relacionada ao salário e à jornada de trabalho, onde as mulheres ocupam majoritariamente cargos precários, terceirizados ou em tempo parcial. A recente feminização do Mundo do Trabalho apresenta uma oportunidade única para questionarmos a dinâmica do movimento sindical que se colocar contra as desigualdades de gênero, mas reproduz em seu interior as mesmas práticas das empresas. Podemos nos perguntar ainda se os mesmos fatores que afastam as mulheres dos cargos de direção na empresa deixam-nas distantes do posto de dirigente do sindicato.

As mulheres, realmente ainda se encontram mais concentradas em funções operacionais, repetitivas e de menor prestígio. No entanto, é possível notar um avanço

significativo da participação feminina em cargos de maior qualificação. Contudo, vale ressaltar que essa entrada feminina nos cargos gerenciais se dá acompanhada de uma alteração significativa nas funções atribuídas, passando as tarefas muitas vezes para um nível centralizado, acompanhado de menor poder e autoridade para o gerente.

Com relação às questões de gênero apresentadas foi possível notar que o aumento da escolarização das mulheres, especialmente nos últimos 10 anos, resultou numa maior quantidade de mulheres no Mercado de Trabalho, especialmente nas posições mais qualificadas. No entanto, essa diferença, favorável às mulheres, na qualificação não se reverte em igualdade de tratamento ou isonomia salarial entre os dois sexos ou sequer nos índices de número de horas trabalhadas, pois as mulheres ainda são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. As conquistas aqui apresentadas são resultado da luta das mulheres nos movimentos sindical e feminista, especialmente o crescente empoderamento das mulheres, resultado de sua maior escolarização, maior participação no mundo do trabalho e consequente maior autonomia e das políticas públicas implementadas no país.

Observamos que a ampliação da escolarização no Brasil afeta de maneira positiva a vida das mulheres. Possibilitando a ampliação de sua participação no Mercado de Trabalho, contudo ainda não indica o fim da desigualdade de gênero, fortemente presente na sociedade contemporânea, pois ainda não possibilita o acesso aos cargos dirigentes. O estudo indica que conciliar as esferas pública e privada é ainda um desafio, não só para as mulheres, mas para a sociedade como um todo.

Concluimos que a luta das mulheres sempre esteve diretamente ligada a luta dos trabalhadores, no entanto parece estar invisível, como se estivesse escondida sob uma “dominação masculina” (BOURDIEU, 1999). Na sociedade contemporânea a ideologia predominante ainda é marcada por uma visão masculinizada na qual a imagem feminina é um estereótipo sem voz (SOUZA-LOBO, 1991), e a maioria dos movimentos, seja sindical, popular ou partidário, ainda reproduz, de alguma forma, essa ideologia.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. São Paulo: Celta, 1999.
- BOUDON, Raymond. *As Desigualdades de Oportunidades*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981.
- BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2008.
- CAPPELLIN, Paola. Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise do emprego: territórios e fronteiras entre público e privado. In ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi. (Orgs.) *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (Orgs.). *Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2004.
- Comparações Brasil-França, 2007. *Anais do Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Brasil-França*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2007. v. um.
- MATHIEU, Nicole-Claude. “Sexo e Gênero” in HIRATA, H; LABORIE, F; LE DOARÉ, H; SENOTIER, D (Orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP. São Paulo: 2010.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1993.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. *Brasil Republicano – vol.4 – No tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- SANTANA, Marco Aurélio & RAMALHO, José Ricardo. *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. . Rio de Janeiro e São Paulo. Ed Record, 2001.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre: V. 2, n. 20, p.71-99, jul/dez, 1995.
- SORJ, Bila; ABREU, Alice. “O emprego feminino no setor bancário: inovações tecnológicas e práticas de estabilização” In: LAVINAS, L. e LEON, F. (Orgs.). *Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e inserções no Mercado de Trabalho*. Santiago: Cepal, 2002, v 2.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura; 1991.
- _____. *O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 17: p. 07-14, out. 1991.
- WEBER, Max. “*Conceitos sociológicos fundamentais*”. In: Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva - Vol 1. Editora UnB. Brasília: 2004